



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.<sup>a</sup> SL

Aos 04 dias do mês de janeiro de 2017, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

*09:00 - Audição da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, relativamente a declarações públicas que proferiu sobre doentes que «ficaram dois dias sem alimentação e sem acesso à medicação» num hospital do SNS - requerimento do CDS-PP.*

*10:30 - Audiência de um grupo de médicos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico, devido «a grave situação existente no CHTMAD».*

*11:30*

*1. Informações;*

*2. Apreciação e votação das atas n.ºs 51 e 52, respetivamente de 14 e 21 de dezembro;*

*3. Distribuição, para efeitos de elaboração de parecer, da Conta Geral do Estado de 2015;*

*4. Admissão e distribuição das Petições n.ºs 226/XIII/2.<sup>a</sup> (Solicitam a adoção de medidas urgentes quanto ao Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, nomeadamente no que respeita ao seu modelo de gestão), 227/XIII/2.<sup>a</sup> (Solicitam que o acompanhamento no parto se reporte ao casal - mãe e pai) e 232/XIII/2.<sup>a</sup> (Solicita que o SNS admita o acesso a técnicas de reprodução medicamente assistida a mulheres em idade fértil, com mais de 42 anos);*

*5. Discussão e votação do parecer relativo à PPL n.º 42/XIII/2.<sup>a</sup>, que «altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida» - autora do parecer: Deputada Teresa Caeiro;*

*6. Outros assuntos.*

---

Audição da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, relativamente a declarações públicas que proferiu sobre doentes que «ficaram dois dias sem alimentação e sem acesso à medicação» num hospital do SNS - requerimento do CDS-PP.

O Presidente cumprimentou os presentes neste início de Ano Novo, desejando felicidades a todos. Agradeceu a presença da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros, que veio acompanhada pelos enfermeiros Luís Barreira, Vice-Presidente do Conselho Diretivo, Sérgio Branco, Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional do Sul, Ricardo Matos, Presidente do Conselho



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

Diretivo Regional da Secção Regional da Secção Regional do Centro, João Paulo Carvalho, Presidente do Conselho Diretivo Regional da Secção Regional do Norte, e pelo Diretor do Gabinete de Comunicação e Imagem, Filipe Mendonça.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a presença da Bastonária, bem como da delegação que a acompanhava e desejou Bom Ano a todos os presentes. Sem mais delongas, passou à apresentação do [requerimento](#) do CDS-PP sobre as declarações da Bastonária da Ordem dos Enfermeiros (OE), referindo que num hospital público houve doentes que ficaram dois dias sem medicamentos e sem alimentação. Não pretende contribuir para o alarmismo social, mas face às declarações proferidas pediu esclarecimentos sobre a identificação do Hospital onde ocorreu a situação denunciada, se foi um caso pontual e se os planos de contingência não foram devidamente acautelados. O CDS-PP enviou uma pergunta ao Governo sobre o assunto, mas ainda não obteve resposta.

O Deputado Miguel Santos cumprimentou os Deputados e os convidados, assim como a ex Bastonária Enfermeira Maria Augusta Sousa, que assistia à reunião. Referiu que o PSD não explorou as declarações da Bastonária relativamente a cidadãos que se encontravam em situações insuportáveis. Pela pessoa que é, a Bastonária nunca faria declarações que não fossem verdade, pedindo, assim, que concretizasse as afirmações proferidas, que dissesse se tem conhecimento de mais casos e se isso se ficou a dever à falta de recursos humanos, até tendo em conta a implementação das 35 horas, e se contrataram 1600 enfermeiros para a saúde.

O Deputado António Sales cumprimentou os presentes. Frisou que a Bastonária denunciou casos, não especificando quais, dizendo serem próprios de um país do 3.º mundo, e que faltam 30 mil enfermeiros no SNS. Recordou declarações da Bastonária sobre a prática da eutanásia, que não concretizou na Comissão. Pediu que esclarecesse o objeto do requerimento e indicasse qual foi a unidade de saúde onde ocorreram os factos denunciados e se há uma prática generalizada. Falou das medidas deste Governo, nomeadamente das relacionadas com a reposição das 35 horas, da promulgação do recrutamento extraordinário de enfermeiros e das novas funções da Ordem, tendo perguntado se não seria importante que a OE acompanhasse o esforço que está a ser feito para a resolução dos problemas.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou todos. Sublinhou o apoio do BE ao SNS, lutando todos os dias por ele, designadamente propondo o reforço de profissionais e do orçamento para a saúde e discordando da utilização de 450 milhões de euros em Parcerias Público Privadas. Considera graves as afirmações da Bastonária e perguntou onde ocorreram os factos, se foram reiterados, e



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

se sabe de outros em que a falta de profissionais de enfermagem tenha conduzido a essas situações. Lembrou que no SNS também faltam assistentes operacionais.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou todos. Lembrou que o PCP sempre aprovou os requerimentos apresentados na Comissão, o que não aconteceu com os grupos parlamentares da anterior maioria. As declarações da Bastonária são preocupantes e têm de ser esclarecidas. Reiterou as questões já colocadas, nomeadamente quando e onde aconteceram os factos denunciados. Questionou ainda a Bastonária sobre se informou a Procuradoria-Geral da República e o IGAS. Pese embora as contratações já efetuadas, entende que ainda há carência de profissionais, nomeadamente de assistentes operacionais. Observou que a situação atual é fruto de sucessivos anos de subfinanciamento, sobretudo nos últimos quatro anos, bem como a saída de profissionais do SNS sem que tenha havido a contratação de outros. Reconhece que tem havido melhoria, mas não é suficiente.

A Bastonária da Ordem dos Enfermeiros cumprimentou os presentes e agradeceu a oportunidade de esclarecer as questões. Fez uma [apresentação](#) em *power point* intitulada «*Falar verdade pela nossa saúde*», dando conta dos factos relatados, designadamente da abertura de um Serviço onde faltava material básico, onde havia uma casa de banho para 24 doentes e onde, durante pelo menos dois dias, houve falta de medicamentos e alimentação. Disse ter relatado o caso à IGAS, informado o Ministro da Saúde e revelará o nome do Hospital ao Ministério Público. A Ordem não deve causar alarme social, é responsável, mas não pode ser conivente. A terminar, deu conta da proposta que apresentou ao Ministério da Saúde para a contratação de 30 mil enfermeiros durante 10 anos, com entrada a partir de 2017, que teria um custo 64 milhões de euros, representando cerca de 0,65% do Orçamento da Saúde para 2017.

Na segunda ronda usaram da palavra os Deputados Miguel Santos, Maria Antónia Almeida Santos, Moisés Ferreira, Isabel Galriça Neto e Carla Cruz para tecer algumas considerações e pedir esclarecimentos adicionais, que foram prestados pela Bastonária da Ordem dos Enfermeiros.

O Presidente agradeceu a presença da Bastonária e da delegação que a acompanhava, bem como os esclarecimentos prestados.

Esta videogravação poderá ser acedida através do seguinte link:

[http://media.parlamento.pt/www/XIII/LEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170104\\_1.mp3](http://media.parlamento.pt/www/XIII/LEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170104_1.mp3)

10:30 - Audiência de um grupo de médicos do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, que se demitiram de adjuntos do Diretor Clínico, devido «a grave situação existente no CHTMAD».



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

O Presidente agradeceu a presença dos diversos médicos, dando-lhes a palavra de imediato.

A delegação integrava os médicos Alexandre Hoffman Castela, Fernando Prospero Luís, Manuel Justino Matos Cunha, Mário Rui Marinho Silva e Francisco José Esteves, do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro (CHTMAD). Manuel Justino Matos Cunha iniciou a sua intervenção explicando as razões que motivaram o pedido de audiência e que se prendem com o pedido de demissão, dos médicos presentes, de adjuntos da direção clínica. Disse que *«a ausência de regras cristalinas na relação entre as estruturas diretivas, com episódios sucessivos, envolvendo direções de serviços, criou situações inaceitáveis do nosso ponto de vista. Ao fim de vários meses da inexistência de regulamento dos centros de gestão, há ambiguidade no exercício das suas funções, que conduziu a indefinição do seu modelo de funcionamento e, conseqüentemente, á sua inoperacionalidade. Com canais de decisão assimétricos e injustos, conforme os protagonistas. Existe atraso e ambiguidade em projetos estruturantes do hospital com subterfúgios que impedem a sua concretização. O que torna a estrutura organizativa de todos os polos, que constituem o Centro Hospitalar, insustentável de gerir»*.

O Deputado Luís Leite Ramos agradeceu as informações. Falou do reconhecimento e agradecimento a este conjunto de profissionais do CHTMAD, que dedicaram as suas vidas à causa pública. Perguntou se o que aconteceu tem a ver com problemas de relacionamento ou com a gestão do Centro Hospitalar, como avaliam a gestão atual e se os utentes podem estar descansados e qual a solução que preconizam. Perguntou ainda se sentiram alguma perseguição que os levasse a demitir-se.

O Deputado Ascenso Simões agradeceu a vinda dos clínicos do CHTMAD. Disse que poderá haver divergências, mas o PS estará sempre disponível para os ouvir e defender o melhor funcionamento do CH. Fez uma breve descrição dos atos de gestão ocorridos durante o anterior Conselho de Administração e falou sobre a atual administração, que está em funções há pouco mais de 5 meses, afirmando que já ocorreram melhorias. Relewa que o Conselho de Administração é que determina a orientação estratégica e lembrou que existem grandes hospitais onde os diretores clínicos não são assistentes graduados.

O Deputado Moisés Ferreira cumprimentou a delegação de médicos. Disse que o BE, aquando da realização das suas jornadas parlamentares no distrito ficou preocupado com a falta de profissionais e a ausência de resposta às listas de espera em cirurgia. Colocou questões sobre a dificuldade em contratar profissionais, levando o Centro Hospitalar a recorrer a empresas, sobre se



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

as administrações não deviam ser eleitas pelos seus pares e se a externalização de serviços tem um efeito pernicioso, conduzindo ao desinvestimento no CH.

A Deputada Isabel Galriça Neto agradeceu a presença dos colegas do CHTMAD, considerando que a exposição mostra o compromisso e o seu empenho para que os doentes tenham o melhor. O reconhecimento do mérito e das hierarquias estão legislados e devem ser respeitados. Questionou os médicos sobre quais as razões que comprometem a prestação de cuidados no CH, sobre o adiamento de cirurgias, sobre a falta de formação de médicos, que é prejudicada pelo excesso de trabalho e sobre o que se passa com a contração de outros grupos profissionais.

A Deputada Carla Cruz cumprimentou os médicos presentes. Agradeceu a exposição e o seu trabalho. A situação do CH não é de hoje, decorre das políticas de vários governos, nomeadamente a falta de profissionais e o transporte de doentes não urgentes. Informou que, durante a realização das últimas jornadas parlamentares, o PCP reuniu com este CA, na Unidade de Lamego, tomando conhecimento do novo modelo de gestão centrado no doente. Pediu esclarecimentos sobre quais foram as indefinições deste CA e se teve consequências na prestação de cuidados de saúde. Pediu esclarecimentos sobre o que está a ser feito no Polo da Régua. Frisou que o SNS só não está pior devido ao empenho dos seus profissionais, apesar de estarem a ser atacadas as carreiras médicas.

Manuel Justino Matos Cunha respondeu às questões colocadas, salientando que os problemas do SNS não são originados pelos profissionais mais velhos, dizendo que a grande circulação dos médicos muitas vezes cria instabilidade. Em nome pessoal diz haver perseguição, pressão e maledicência, referindo que não tem idade para compactuar com ela. Constata haver desinvestimento na saúde, cujo reflexo acontece muito tempo depois. E o que se destrói demora muito a refazer. Deve ser melhorada a gestão dos meios complementares de diagnóstico, otimizando os recursos do SNS, para bem dos doentes, mas não é o que está a acontecer. A propósito disso disse que se anuncia a construção de duas unidades hospitalares privadas em Vila Real. Referiu que os custos do CH com a externalização de serviços, designadamente com os exames de ressonância magnética durante oito anos, já tinham pago um aparelho.

Fernando Próspero Luís deu esclarecimentos complementares, salientando que ninguém pode dizer que os médicos não fizeram um esforço para colaborar com o CHTMAD. Referiu que os Hospitais do SNS perdem doentes para o setor privado, considerando que a prestação de serviços por uma entidade externa destrói um hospital e a formação fica em risco, dada a dificuldade em captar profissionais.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

Pediram esclarecimentos adicionais os Deputados Luís Leite Ramos, Ascenso Simões e Carla Cruz, que foram prestados por Manuel Justino Matos Cunha, dizendo esperar que esta audiência contribua para os Deputados refletirem sobre alguns dos problemas do CHTMAD.

O Presidente agradeceu a vinda à Comissão de médicos do CHTMAD e os esclarecimentos prestados que sensibilizaram os Deputados para o problema em causa.

Esta videogravação poderá ser acedida através do seguinte link:

[http://media.parlamento.pt/www/XIII/LEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170104\\_2.mp3](http://media.parlamento.pt/www/XIII/LEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170104_2.mp3)

#### 1. Informações

O Presidente informou que vai solicitar uma audiência ao PAR, para apresentar o programa do Colóquio sobre Doenças Oncológicas que a Comissão pretende realizar e saber se concorda com o modelo do mesmo, designadamente com a solicitação do patrocínio do Presidente da República.

O Presidente anunciou que o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares, Eng. Nuno Araújo, solicitou *«a organização de uma reunião que permita que o Ministério da Saúde exponha, junto dessa Comissão Parlamentar, o âmbito e objetivos do estudo solicitado à Organização Mundial de Saúde e ao Observatório Europeu sobre as políticas de saúde desenvolvidas em Portugal, nos termos estabelecidos no documento anexo, protocolado em 30 de novembro»*. Foi decidido perguntar ao abrigo de que dispositivo regimental é que o Governo pretende ser ouvido.

#### 2. Apreciação e votação das atas n.ºs 51 e 52, respetivamente de 14 e 21 de dezembro

As atas n.ºs 51 e 52, respetivamente de 14 e 21 de dezembro, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

#### 3. Distribuição para efeitos de elaboração de parecer, da Conta Geral do Estado de 2015

O Presidente informou ter recebido da COFMA a Conta Geral do Estado de 2015 para elaboração do respetivo Parecer, tendo sido distribuída ao PSD, que indicou o Deputado Miguel Santos.

4. Admissão e distribuição das Petições n.ºs 226/XIII (2.ª) (Solicitam a adoção de medidas urgentes quanto ao Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul, nomeadamente no que respeita ao seu modelo de gestão), 227/XIII (2.ª) (Solicitam que o acompanhamento no parto se



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

reporte ao casal - mãe e pai) e 232/XIII (2.ª) (Solicita que o SNS admita o acesso a técnicas de reprodução medicamente assistida a mulheres em idade fértil, com mais de 42 anos)

A Petição n.º 226/XIII (2.ª) foi admitida e distribuída ao PS, para elaboração de relatório, tendo sido indicado o Deputado Luís Graça.

A Petição n.º 227/XIII/2.ª foi admitida e distribuída ao PS, para elaboração de relatório, que indicará Relator posteriormente.

A Petição n.º 232/XIII/2.ª foi admitida e distribuída ao PSD para elaboração de relatório, que indicou a Deputada Ângela Guerra.

5. Discussão e votação do parecer relativo à PPL n.º 42/XIII/2.ª, que «altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida» - autora do parecer: Deputada Teresa Caeiro

A Deputada Teresa Caeiro apresentou o [Parecer](#) sobre a PPL n.º 42/XIII/2.ª, que «altera a utilização de técnicas de procriação medicamente assistida», referindo o seu objeto e conteúdo, o enquadramento legal e doutrinário nacional e a legislação europeia comparada. Pronunciou-se sobre o [Parecer do CNECV](#) e o [Parecer do CNPMA](#) relativos a esta matéria, entendendo ser relevante ouvir estas entidades em sede de discussão na especialidade da Proposta de Lei em apreço. Disse prescindir de manifestar a sua opinião, reservando a sua posição para o debate em sessão plenária e concluiu que a iniciativa reúne os requisitos legais, constitucionais e regimentais para discussão e votação em plenário.

A Deputada Ângela Guerra felicitou a Autora do Parecer, concordando com a maioria das suas referências, designadamente, quando refere a necessidade de cumprir a lei formulário e de ter em conta as questões levantadas nos pareceres do CNECV e do CNPMA. Questiona-se sobre qual será o agravamento das listas de espera, por força do alargamento dos beneficiários, e quanto custará ao SNS o envio de beneficiários para os centros privados.

A Deputada Luísa Salgueiro cumprimentou a Deputada Teresa Caeiro pelo Parecer. Mostrou disponibilidade para na especialidade proceder ao melhoramento do diploma.

A Deputada Teresa Caeiro agradeceu as palavras das Deputadas e as questões colocadas. Referiu que não falou da dimensão dos custos, porque não cabe discuti-los nesta fase.

O Presidente cumprimentou a Deputada Teresa Caeiro pelo Parecer. Colocou à votação os considerandos e as conclusões, que foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

#### 6. Outros assuntos

Na sequência da audiência de um grupo de médicos do CHTMAD foram apresentados dois requerimentos orais. A Deputada Carla Cruz apresentou um requerimento, solicitando a audição do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, da ARS Norte e das estruturas representativas dos Sindicatos.

O Deputado Miguel Santos apresentou um requerimento, solicitando a audição das Secções Norte das Ordens dos Médicos e dos Enfermeiros e da ARS Norte.

O Presidente colocou à votação o requerimento do PCP, que foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Colocou de seguida à votação o requerimento do PSD, que foi também aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

A reunião foi encerrada às 14:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a gravação da segunda parte dos trabalhos ser acedida através do seguinte link:

[http://srvvideo3/site/XIII/LEG/2SL/COM/09\\_CS/CS\\_20170104\\_3.mp3](http://srvvideo3/site/XIII/LEG/2SL/COM/09_CS/CS_20170104_3.mp3)

Palácio de São Bento, 04 janeiro 2017.

**O PRESIDENTE**

**(JOSÉ DE MATOS ROSA)**



## COMISSÃO DE SAÚDE

### ATA NÚMERO 53/XIII/ 2.ª SL

#### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ângela Guerra  
António Sales  
Carla Cruz  
Cristóvão Simão Ribeiro  
Domingos Pereira  
Eurídice Pereira  
Fátima Ramos  
Isabel Galriça Neto  
Isaura Pedro  
João Gouveia  
Jorge Falcato Simões  
José António Silva  
José de Matos Rosa  
Luís Graça  
Luís Soares  
Luís Vales  
Luísa Salgueiro  
Maria Antónia de Almeida Santos  
Miguel Santos  
Moisés Ferreira  
Ricardo Baptista Leite  
Teresa Caeiro  
Ascenso Simões  
Bruno Coimbra  
Elza Pais  
José Silvano  
Luís Leite Ramos  
Luís Pedro Pimentel  
Maria Manuela Tender  
Regina Bastos  
Rui Riso  
Sara Madruga da Costa

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira  
Marisabel Moutela

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: